SUMÁRIO

CAPÍTULO I – Introdução e Evolução das Formas de Conflito

1. Introdução 1
2. Evolução das formas de solução de conflitos 2

CAPÍTULO II – Da Arbitragem

1. Noções Gerais 9
2. A Lei 9.307/96 e seus alicerces 11
3. Princípios aplicáveis à Arbitragem 14
4. Formas de Instituição da Arbitragem 14
5. A Convenção Arbitral como Pressuposto Processual Negativo 16
6. Do Árbitro 17
7. Da Sentença Arbitral 18
8. Considerações Gerais sobre a Lei 9.307/96 19

CAPÍTULO III – Da Jurisdição

1. Noções Gerais 27
2. Princípios Aplicáveis à Jurisdição 30
   2.1 Princípio da Inércia da Jurisdição 30
   2.2 Princípio da Inafastabilidade de Jurisdição 31
   2.3 Princípio do Juiz Natural 31
   2.4 Princípio da Aderência da Jurisdição ao Território 32
   2.5 Princípio da Investidura 32
   2.6 Princípio da Indelegabilidade 32
   2.7 Princípio da Inevitabilidade 32
3. Classificações da Jurisdição Civil 32

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.1 Quanto à matéria 32
3.2 Quanto à gradação dos órgãos jurisdicionais 33
3.3 Quanto à proveniência 33
3.4 Quanto ao objeto 33
3.4.1 Jurisdição contenciosa 33
3.4.2 Jurisdição voluntária 34
4. Diferenças entre a Jurisdição Contenciosa e Voluntária 34
5. Desempenho Satisfatório da Atividade Jurisdicional 37

CAPÍTULO IV – Dos Princípios Processuais

1. O que é um Princípio? 39
2. Distinção entre "Princípio" e "Norma" 40
3. Os Princípios no Ordenamento Nacional 40
4. Classificação dos Princípios 42
5. Princípios Informativos 42
6. Princípios Fundamentais ou Gerais 43
6.1 Princípio do Devido Processo Legal 43
6.1.1 Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa 44
6.1.2 Princípio da Isonomia (Igualdade) 49
6.1.3 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição 50
6.1.4 Princípio do Juiz Natural 51
6.1.5 Princípio da Publicidade 53
6.1.6 Princípio da Motivação das decisões judiciais e o Princípio do Livre Convencimento Motivado 54
6.1.7 Princípio da Lealdade Processual 56
6.1.8 Princípio da Instrumentalidade das formas e o Princípio da Economia Processual 57
6.1.9 Princípio da Proibição da produção de Prova Ilícita 60
6.1.10 Princípio da Oralidade 61
6.2 Princípio do Acesso à Justiça 62
6.2.1 Princípio da Inafastabilidade do Controle de Jurisdição, Princípio Dispositivo e Princípio do Impulso Oficial 63
6.2.2 Princípio da Razoável Duração do Processo 65

CAPÍTULO V – Da Efetividade do Processo

1. A Efetividade do Processo 67
2. A Efetividade do Processo e a Emenda Constitucional 45: a questão da Razoável Duração do Processo 70

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3. Um novo mundo? Processo sem autos. Da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e os Processos Informatizados 78
4. Da Súmula Vinculante – A regulamentação trazida pela Lei 11.417, de 19 de dezembro de 2006 89

CAPÍTULO VI – Da Ação

1. Noções Gerais 109
2. Classificação das Ações 112
3. Condições da Ação 120
3.1 Qual a utilidade da análise das condições da Ação 126
3.2 Carência de Ação 127
3.3 Condições Específicas para determinadas ações 128
4. Elementos da Ação 129
5. Litispendência, Conexão e Continência 131
6. Distribuição de Processos por Dependência e a Lei 11.280/06 135

CAPÍTULO VII – Da Competência

1. Competência – Noções Gerais 139
2. O Momento da Fixação da Competência e o Princípio da *Perpetuatio Jurisdictionis* 141
3. Competência Absoluta e Relativa 142
4. Competência em Razão da Matéria 146
5. Competência Funcional 148
6. Competência em Razão da Pessoa 149
7. Competência Territorial 149
8. Competência em Razão do Valor da Causa 152
9. Foro de Eleição e as Modificações Introduzidas pela Lei 11.280/06 153
10. Definição de Competência em Legislações Esparsas 156
11. Conflito de Competência 158
12. Competência Internacional 159
13. Deslocamento de Competência (art. 109, parágrafo 5º, CF) 162

CAPÍTULO VIII – Sujeitos do Processo

1. Dos Sujeitos da Relação Jurídica Processual 163
2. Do Litisconsórcio 164
3. Da Intervenção de Terceiros 170
3.1 Oposição (arts. 56 a 61 do CPC) 171

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

3.2 Nomeação à Autoria (arts. 62 a 69 do CPC) 173
3.3 Denunciação da Lide (arts. 70 a 76 do CPC) 175
3.4 Chamamento ao Processo (arts. 77 a 80 do CPC) 178
4. Da Assistência (arts. 50 a 55 do CPC) 180
5. Do Juiz 182
6. Dos Auxiliares da Justiça 186
7. Do Ministério Público 188
8. Dos Procuradores 195
9. Das Multas e Penalidades Processuais 201
10. Prioridade da Tramitação e Julgamento de Processos envolvendo o Idoso e o Portador de Doença Grave 203

CAPÍTULO IX – Do Processo e dos Procedimentos

1. Noções Gerais do Processo 207
2. Dos Pressupostos Processuais 209
2.1 Pressupostos Processuais de Existência 211
2.2 Pressupostos Processuais de Validade e Desenvolvimento 213
2.3 Pressupostos Processuais Negativos 217
3. Das Despesas e das Multas Processuais 218
3.1 Processos onde não há incidência de pagamento de custas e honorários advocatícios 221
4. Da Assistência Judiciária Gratuita 222
5. Dos Atos Processuais 228
5.1 Da forma dos Atos Processuais 228
5.1.1 Dos Atos em geral 228
5.1.2 Dos Atos das partes 235
5.1.3 Dos Atos do Juiz 236
5.1.4 Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria 237
5.2 Do Tempo dos Atos Processuais 238
5.3 Do Lugar dos Atos Processuais 239
6. Da Formação, Suspensão e Extinção do Processo 240
7. Do Procedimento 246
8. Do Procedimento Comum e Especial 247
9. Procedimentos Sumaríssimos 250

CAPÍTULO X – Do Procedimento Ordinário

1. Fases Postulatória, Saneadora, Instrutória e Decisória 251

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2. Etapas do Processo 252
2.1 Petição Inicial 252
2.1.1 Requisitos da Petição Inicial 252
2.1.2 Emenda da Petição Inicial 256
2.1.3 Despacho da Petição Inicial 256
2.1.4 Casos de indeferimento da Petição Inicial 258
2.2 Tutela Antecipada 259
2.2.1 Noções Gerais 259
2.2.2 Hipótese de antecipação de tutela 260
2.2.3 Outras hipóteses de antecipação de tutela 261
2.2.4 Observações gerais a respeito da Tutela Antecipada 262
2.2.5 Antecipação de Tutela nas Ações Rescisórias 269
2.3 Citação 271
2.3.1 Introdução 271
2.3.2 Classificação 274
2.3.3 Efeitos da Citação 278
2.4 Prazo 285
2.4.1 Introdução ao tema: Perda de prazo e Preclusão 285
2.4.2 Forma de contagem dos prazos 288
2.4.3 Espécies de Prazos 289
2.4.4 Interrupção e Suspensão 291
2.4.5 Prazos Especiais 292
2.5 Resposta do Réu 294
2.5.1 Inércia 294
2.5.2 Reconhecimento Jurídico do Pedido 297
2.5.3 Apresentar defesa 297
2.5.4 Exceções 301
2.6 Julgamento conforme o estado do processo 305
2.7 Da Audiência 307
2.7.1 Características das audiências em geral 307
2.7.2 Audiência Preliminar 308
2.7.3 Audiência de Instrução e Julgamento 311
2.8 Das Provas 313
2.8.1 Teoria geral das provas 313
2.8.1.1 Ônus da prova e sua inversão 315
2.8.2 Observações Gerais 322

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.8.3 Provas em Espécie 331
2.9 Sentença 351
2.9.1 Noções Gerais 351
2.9.2 Requisitos da Sentença 351
2.9.3 Observações Gerais 352

CAPÍTULO XI – Do Procedimento Sumário

1. Introdução 355
2. Hipóteses de Cabimento 356
3. Da Petição Inicial 357
4. Da Audiência de Conciliação 358
5. Da Defesa do Réu 359
6. Da Audiência de Instrução e Julgamento 360
7. Da Sentença 360
8. Das Generalidades 361

CAPÍTULO XII – Dos Recursos

1. Da Teoria Geral dos Recursos 363
1.1 Dos Princípios Recursais 364
1.1.1 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição 364
1.1.1.1 O princípio do duplo grau de jurisdição e a regra do artigo 515, § 3º, do CPC 366
1.1.2 Princípio da Fungibilidade 368
1.1.2.1 O Princípio da Fungibilidade entre demandas 374
1.1.3 Princípio da Taxatividade 376
1.1.3.1 O Mandado de Segurança como recurso 376
1.1.4 Princípio da Singularidade 378
1.1.5 Princípio da Proibição da *Reformatio in Pejus* 378
1.1.6 Princípio da Colegialidade 381
1.1.7 Outros Princípios Recursais 382
1.2 Dos Pressupostos Recursais 383
a) Dos Pressupostos Subjetivos 383
1) Da Legitimidade para recorrer 383
2) Do interesse em recorrer 387
b) Dos Pressupostos Objetivos 388
1) Da Tempestividade 388

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

1.1) Da Intempestividade por Antecipação 390
1.2) Da aferição da tempestividade dos recursos interpostos por fax 392
2) Da Recorribilidade do ato 393
3) Da Adequação 398
4) Do Preparo 398
1.3 Remessa ou Reexame Obrigatório 399
1.3.1 O Reexame Obrigatório e a nova Lei do Mandado de Segurança 402
1.4 Observações Gerais quanto aos Recursos 402
2. Dos Recursos em Espécie 405
2.1 Da Apelação 405
2.1.1 Das alterações introduzidas pela Lei 11.276, de 7 de fevereiro de 2006 ... 411
2.1.2 Das alterações introduzidas pela Lei 11.277, de 7 de fevereiro de 2006 ... 417
2.1.3 Da Apelação por Instrumento e o Princípio da Fungibilidade 432
2.2 Do Agravo 450
2.2.1 Agravo de Instrumento 450
2.2.2 Agravo Retido 453
2.2.3 Agravo de Instrumento contra despacho denegatório de recursos especial e extraordinário 454
2.2.4 Agravo Interno 456
2.2.5 A nova sistemática introduzida pela Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005 456
2.2.6 Observações Gerais Finais 468
2.3 Dos Embargos Infringentes 468
2.4 Dos Embargos de Declaração 471
2.5 Do Recurso Ordinário 475
2.6 Do Recurso Extraordinário e do Recurso Especial 477
2.6.1 Introdução 477
2.6.2 Hipóteses de Cabimento 478
2.6.3 Características 479
2.6.4 Das alterações introduzidas no Recurso Extraordinário pela Emenda Constitucional 45, de 8 de dezembro de 2004 486
2.6.5 A Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006, e a regulamentação da "repercussão geral" 490
2.6.6 Da Lei 11.341/06 e a admissão de decisões disponíveis em mídia eletrônica 499
2.6.7 Da Lei 11.672/08 e o procedimento para o julgamento de recursos especiais repetitivos no âmbito do Superior Tribunal de Justiça. 500

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.7 Dos Embargos de Divergência 508
2.8 Do Recurso Adesivo 508
2.9 Dos Incidentes no julgamento de grau superior 509
2.9.1 Uniformização de Jurisprudência 509
2.9.2 Declaração de Inconstitucionalidade 511
2.10 A Lei 11.280, de 16 de fevereiro de 2006, e o julgamento de processos pelos Tribunais 512
2.11 Considerações conclusivas: Celeridade *x* Segurança Jurídica 513

CAPÍTULO XIII – Da Coisa Julgada e da Ação Rescisória

1. Introdução 515
2. Espécies 516
3. Fundamento da Autoridade da Coisa Julgada 517
4. Limites da Coisa Julgada 517
4.1 Limites Objetivos 517
4.2 Limites Subjetivos 522
5. Momento para argüir a Coisa Julgada 523
6. Relativização da Coisa Julgada 524
7. Noções Gerais quanto ao tema da Ação Rescisória 528
8. Objeto da Ação Rescisória 529
9. Hipóteses de Cabimento da Ação Rescisória 530
10. Processamento da Ação Rescisória 544
11. A Lei 11.280/06 e a Suspensão da Execução da Sentença pela Ação Rescisória 550

CAPÍTULO XIV – Da Execução

1. Noções Gerais 553
2. Legitimidade Ativa e Passiva para a Execução 554
3. Princípios da Execução 558
3.1 Princípio do monopólio estatal da função executiva 558
3.2 Princípio da Patrimonialidade (ou Realidade) 560
3.3 Princípio da Efetividade 560
3.4 Princípio da menor onerosidade para o devedor 561
3.5 Princípio da Disponibilidade 561
3.6 Princípio da salvaguarda de condições mínimas de subsistência do executado 563
3.7 Princípio da responsabilidade do exeqüente pela insubsistência da execução 563

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4. Requisitos do Processo Executivo 564
5. Título Executivo 565
5.1 Títulos Executivos Judiciais 567
5.2 Títulos Executivos Extrajudiciais 582
6. Juízo Competente 587
6.1 Da Lei 11.232/05 e as regras de competência para a execução 588
7. Execução Definitiva e Provisória 593
7.1 A Lei 11.232/05 e a Execução Provisória 596
8. Responsabilidade Patrimonial 605
9. Pontos da Lei 11.382/06 que restaram vetados pelo Presidente da República quando da promulgação 622
10. Fraude à Execução 629
11. Fraude contra Credores 632
12. Liquidação da Sentença 634
12.1 Noções Gerais 634
12.2 A Lei 11.232/05 e a Liquidação de Sentença 635
12.3 Liquidação por arbitramento 636
12.4 Liquidação por artigo 637
13. Espécies de Execução 639
13.1 Execução Fundada em Títulos Executivos Judiciais – A sistemática introduzida pela Lei 11.232/05 640
13.1.1 Panorama geral das inovações trazidas pela Lei 11.232/05: o combate à crise do processo de execução 640
13.1.2 A tradicional classificação das ações 643
13.1.3 A Reforma do Poder Judiciário e o direito a um processo célere: Emenda Constitucional 45 e a Lei 11.232/05 645
13.1.4 A nova sistemática da execução civil: criação de um processo sincrético 647
13.1.5 Precedentes legislativos quanto a inovação da Lei 11.232/05 649
13.1.6 Da Lei 11.232/05 e a nova conceituação de Sentença 651
13.1.7 Questões referentes ao cumprimento da Sentença 656
13.1.7.1 Espécies de cumprimento da sentença 656
13.1.7.2 Do cumprimento da sentença para obrigações de pagar quantia 656
13.1.7.3 Necessidade de requerimento para início da fase executiva 657
13.1.7.4 Dispensa da citação do devedor para cumprir a decisão 664
13.1.7.5 Reflexões sobre o início da contagem de prazo para a incidência da multa 665
13.1.7.6 A multa de 10% e a sua natureza jurídica 681

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

13.1.7.7 O requerimento do credor para penhora e avaliação 683
13.1.7.8 Intimação na pessoa do advogado para apresentação da impugnação 684
13.1.7.9 A indicação dos bens à penhora pelo exeqüente: Nova inteligência do artigo 655 do CPC 686
13.1.7.10 A questão da incidência dos honorários na fase executiva 687
13.1.8 Da Lei 11.232/05 e o Contraditório – Defesa mediante Impugnação ... 694
13.1.9 A Lei 11.232/05 e as Execuções de obrigação de emitir declaração de vontade 701
13.1.10 A Lei 11.232/05 e a Constituição de Capital nas execuções de Prestar Alimentos em razão de atos ilícitos 703
13.1.11 A Lei 11.232/05 e a Execução contra a Fazenda Pública 706
13.1.12 A Lei 11.232/05 e as Execuções de Obrigações Alimentares 708
13.2 Execução Fundada em Títulos Executivos Extrajudiciais – Lei 11.382/06 711
13.2.1 Novo prazo para pagamento da dívida 712
13.2.2 Poderes ao oficial de justiça para proceder de imediato a penhora 714
13.2.3 Possibilidade do credor indicar, na inicial, bens a serem penhorados .. 715
13.2.4 Intimação da penhora na pessoa do advogado 715
13.2.5 Intimação para que o devedor indique bens passíveis de penhora 716
13.2.6 Nova ordem de penhora 717
13.2.7 Penhora *on line* 722
13.2.8 Hipóteses de Substituição da Penhora 724
13.2.9 Redução da verba honorária para pagamento imediato do débito 725
13.2.10 Contraditório na execução extrajudicial – Embargos à execução 725
13.2.11 Parcelamento do débito executado 735
13.2.12 Novas regras da Expropriação 746
13.2.13 Resumo – Execução por quantia certa fundada em título executivo judicial 764
13.2.14 Resumo – Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial 767
13.3 Execução para a entrega de coisa: (arts. 621 a 631 do CPC) 770
13.3.1 Noções Gerais 770
13.3.2 Do Procedimento 772
13.3.3 Observações Finais 774
13.4 Execução das obrigações de fazer e não fazer: (arts. 632 a 645 do CPC) .. 774
13.4.1 Noções Gerais 774
13.4.2 Do Procedimento 775
14. Outras Defesas do Executado 779

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

14.1 Da Objeção de Pré-Executividade 780
14.2 Dos embargos à arrematação e à adjudicação 782
14.3 Dos embargos de retenção por benfeitorias 783
15. Relação entre a Execução Fundada em Títulos Judiciais e a Fundada em Títulos Extrajudiciais – Aplicação Subsidiária das Regras 784

CAPÍTULO XV – Do Processo Cautelar

1. Considerações Iniciais 787
2. Requisitos Específicos da Tutela Cautelar 789
3. Características do Processo Cautelar 791
4. Da Classificação quanto ao momento da Propositura 792
5. Da Satisfatividade das Cautelares 793
6. Observações Gerais quanto ao Processo Cautelar 795
7. Do Poder Geral de Cautela 803
8. Das Diferenças entre a Medida Cautelar e a Antecipação de Tutela 804
9. Medidas Cautelares Específicas 806
9.1 Medida Cautelar de Arresto 806
9.2 Medida Cautelar de Seqüestro 809
9.3 Medida Cautelar de Caução 811
9.4 Medida Cautelar de Busca e Apreensão 813
9.5 Medida Cautelar de Exibição 816
9.6 Medida Cautelar de Produção Antecipada de Provas 819
9.7 Medida Cautelar de Alimentos Provisionais 821
9.8 Medida Cautelar de Arrolamento de Bens 825
9.9 Medida Cautelar de Justificação 827
9.10 Dos protestos, notificações e interpelações 830
9.11 Medida Cautelar de homologação do penhor legal 832
9.12 Medida Cautelar de posse em nome do nascituro 835
9.13 Medida Cautelar de atentado 837
9.14 Do protesto e apreensão de títulos 838
9.15 Das outras medidas provisionais 840

CAPÍTULO XVI – Dos Procedimentos Especiais

1. Noções Introdutórias 845
2. Da Consignação em Pagamento 848
2.1 Noções Gerais 848
2.2 Dúvida quanto ao legítimo credor 851

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3 Consignação Extrajudicial 851
3. Da Ação de Depósito 852
4. Da Ação de Anulação e Substituição de Títulos ao Portador 857
5. Da Ação de Prestação de Contas 858
5.1 Ação de exigir contas 858
5.2 Ação de dar contas 859
6. Das Ações Possessórias 860
7. Da Ação de Nunciação de Obra Nova 862
8. Da Ação de Usucapião de Terras Particulares 864
9. Da Ação de Divisão e da Demarcação de Terras Particulares 865
10. Do Inventário e da Partilha 867
10. 1 Do Inventário, da Partilha, da Separação e do Divórcio Extrajudicial (de acordo com a Lei 11.441/07) 869
11. Dos Embargos de Terceiro 878
12. Da Habilitação 884
13. Da Restauração de Autos 885
14. Das Vendas a Crédito com Reserva de Domínio 887
15. Da Ação Monitória 889

Apenso: Íntegra das Legislações que Reformaram a Sistemática Processual

Lei 11.187, de 19 de outubro de 2005 893
Lei 11.232, de 22 de dezembro de 2005 895
Lei 11.276, de 07 de fevereiro de 2006 903
Lei 11.277, de 07 de fevereiro de 2006 904
Lei 11.280, de 16 de fevereiro de 2006 905
Lei 11.341, de 07 de agosto de 2006 908
Lei 11.382, de 06 de dezembro de 2006 909
Lei 11.417, de 19 de dezembro de 2006 925
Lei 11.418, de 19 de dezembro de 2006 928
Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 930
Lei 11.441, de 04 de janeiro de 2007 938
Lei 11.672, de 08 de maio de 2008 940
Lei 12.008, de 29 de julho de 2009 942
Lei 12.016, de 7 de agosto de 2009 944

Referências bibliográficas 951

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br